

Indio é nomeado relator do Projeto Ficha Limpa



O vice-líder do Democratas, Indio da Costa (RJ), foi nomeado relator do projeto Ficha Limpa (PLP 518/09) que endurece as regras de inelegibilidade para os parlamentares. Os deputados criaram um grupo de trabalho para estudar as propostas de emendas ao projeto. Cada partido indicou um integrante do grupo, que levará os textos de suas respectivas bancadas. Segundo o relator, a ideia é criar um projeto alternativo que facilite a aprovação. No início das atividades, o democrata irá propor uma audiência pública no Rio de Janeiro para ouvir a população, posteriormente uma reunião com os parlamentares que possuem projetos e textos para o

Ficha Limpa e uma apresentação final para definir o que irá para votação. "Nosso empenho será para que as reuniões ajudem na definição de um texto claro, sensato e que solucione e sirva de exemplo para o combate à corrupção. Certamente com a participação da sociedade e parlamentares, chegaremos a um consenso", finalizou.

O Democratas e o Ficha Limpa

O Democratas foi o primeiro partido a instituir em seu estatuto que parlamentares que tiveram problemas com a Justiça não podem concorrer a um cargo pelo Partido. Diz no Estatuto: "A Executiva Nacional do Partido, em reunião realizada em 25 de novembro de 1999, debateu sobre possíveis instrumentos impeditivos a pessoas inidôneas e ímprobas de se registrarem para a disputa de cargos eletivos sob a legenda. [...] A proposta foi bem recebida e ficou assentado, em decisão unânime da Executiva, que o Partido se aprofundaria na matéria, de forma a adequá-la ao sistema legal vigente. Os resultados foram imediatamente percebidos, pois a maioria dos indesejados procuraram se transferir para outras legendas. Naquela oportunidade, o então Presidente do Partido, ex-Senador Jorge Bornhausen, disse tratar-se de um processo benéfico de lipoaspiração política."

Atropelo regimental no caso dos vetos pode parar no STF

A votação do veto do presidente Lula ocorrida no Congresso Nacional sem o quorum mínimo pode parar na Suprema Corte. O líder do Democratas na Câmara, Paulo Bornhausen (SC), apresentou nessa quarta-feira (10) uma questão de ordem no plenário da Casa. Dessa forma, ele incumbe a Mesa da Câmara a solucionar o atropelo regimental ocorrido na sessão dessa terça-feira (9). "Caso não seja refeita a sessão vamos ao Supremo Tribunal Federal. Isso é uma questão importantíssima para a democracia e para o funcionamento do Congresso", disparou.

Na tarde de ontem, o líder também apresentou o cronograma de votação que deverá ocorrer após o Carnaval. "Ficou acordado que iniciamos as atividades votando o Fundo Social do pré-sal", ressaltou. Segundo ele, a Câmara deve discutir em

seguida o projeto que trata da capitalização da Petrobras. "Nesse ponto vamos questionar, principalmente, porque o cidadão não poderá fazer uso do FGTS na compra de ações da empresa", adiantou. Por último, será discutido o PL que trata da divisão dos royalties.

Questionado sobre o lançamento do "PAC 2", Bornhausen foi enfático ao ressaltar que o projeto é eleitoreiro. "PAC 2 sem terminar o PAC 1?", ponderou para em seguida emendar. "Isso é eleitoreiro. O PAC é um fracasso. A mãe do PAC acabou se revelando uma madrasta, porque não soube embalar o filho que ganhou". Segundo Bornhausen, outro ponto que chama a atenção são as irregularidades identificadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público em várias obras do programa do governo.



Onyx: “Precisamos recuperar a credibilidade das CPIs”

O vice-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga o repasse de recursos públicos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Onyx Lorenzoni (Democratas-RS) disse que essa é a oportunidade das CPIs recuperarem o prestígio. “Tenho certeza que desavenças políticas ficarão de lado para tratarmos do real assunto ao qual nos propomos: investigar as irregularidades nos repasses”, disse Lorenzoni. Em reunião realizada nessa quarta-feira (10) foram aprovados, por consenso, 66 requerimentos de convocação para os quais havia acordo entre os representantes da oposição e do governo. Devem depor na CPMI funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU), bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e um representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Outros 100 requerimentos em pauta serão votados em reunião, ainda sem data definida, a realizar-se depois do Carnaval.

Projeto de Mendonça exige etiquetas tributárias em mercadorias

O Projeto de Lei (PL) 3474/08, do deputado Mendonça Prado (Democratas-SE), obriga fabricantes ou distribuidoras a fixarem em todas as mercadorias de produtos comercializados no Brasil, etiqueta contendo a discriminação de todos os impostos incidentes. Por meio dessa proposta, os consumidores terão conhecimento de quanto estão pagando de impostos para o governo. Desse modo, será apresentado para os cidadãos os percentuais relacionados ao ICMS, IPI e outros tributos indiretos que as pessoas pagam sem saber. “É fundamental que a população conheça o quanto é arrecadado pelos governos e onde se aplicam os recursos públicos. Isso é uma questão de cidadania”, afirma o parlamentar. A etiqueta tributária trará detalhadamente o quanto do valor final do produto é decorrente da incidência de impostos, tanto federais quanto estaduais.

Senado deve votar projeto de Walter Ihoshi

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado deve votar, após o Carnaval, o Projeto de Lei (PL) 131/09, do deputado Walter Ihoshi (Democratas-SP), que permite a oficialização de divórcio e separação consensuais de casais brasileiros no exterior por embaixadas ou consulados brasileiros. De acordo com o parlamentar, a separação e o divórcio consensuais poderão ser feitos por escritura pública no exterior. Esse documento deverá conter a descrição dos bens do casal e sua partilha, a decisão do casal sobre eventual pensão alimentícia e sobre a retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou manutenção do nome adotado no casamento. “Nossa meta é reduzir a burocracia e beneficiar centenas de brasileiros residentes em outros países”, explica Ihoshi.

Expediente:

Líder: Paulo Bornhausen (SC)

Assessoria de Comunicação: Deysi Cioccarì, Eduardo Balduino, Erich Decat e Roberto Tenório

Telefones: (61)3215-9272/ 59261

E-mail: imprensa.dem@camara.gov.br

End.: Câmara dos Deputados, Ed. Principal, 1º piso, Sala 16, CEP: 70160-900

NOTAS Dem

Do alto da tribuna:

Solange Amaral (RJ) “O América Futebol Clube do Rio de Janeiro teve ontem a sua sede tombada. Corria risco de perder a sua sede em um leilão muito questionável. A prefeitura fez o tombamento exigido pelos sócios, pelos atletas e pelos moradores. Queremos registrar o empenho e a participação do nosso mandato e de muitos sócios proprietários e da diretoria. Conseguimos manter uma sede na rua Campos Sales”.

Júlio César (PI) “Deputado Ibsen, defendo todos os dias que se agende e que se aprove a sua emenda. Esteja certo de que, fazendo isso, iremos dividir com todo o povo brasileiro, uma vez que o mar pertence à União, e somente a ela; e os recursos lá investidos também pertencem à União; e, pertencendo à União, pertencem a todo o povo brasileiro. Queremos, urgentemente, que seja pautada e com certeza aprovada a emenda Ibsen”.

Efraim Filho (PB) “Subo à tribuna para homenagear o XII Encontro para a Consciência Cristã. Todos os anos, Campina Grande, na Paraíba, é palco do Encontro para a Consciência Cristã. O evento, que já está na sua 12ª edição, será realizado de 10 a 16 de fevereiro, no Parque do Povo, Centro. É uma realização da Visão Nacional para a Consciência Cristã – VINACC – e é considerado o maior evento desse gênero na América Latina”.